

The image shows a modern building with a glass facade and a sign that reads "SICOOB". The sign features a stylized logo above the word "SICOOB". The building is set against a dark background, and there are some plants in the foreground.

SICOOB

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. -
BANCO SICOOB**

30 de Junho 2021



Índice

Relatório da Administração	2
Balanco patrimonial.....	15
Demonstração do resultado	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstração dos fluxos de caixa	21
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	22
Nota 1 – Contexto operacional.....	22
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	22
Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis	22
Nota 4 – Composição do caixa e equivalentes de caixa	27
Nota 5 – Disponibilidades	27
Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	27
Nota 7 – Depósitos compulsórios no Banco Central	28
Nota 8 – Instrumentos financeiros	28
Nota 9 – Repasses interfinanceiros e operações de crédito.....	31
Nota 10 – Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido.....	35
Nota 11 – Investimentos em participações em coligadas e controladas	38
Nota 12 – Imobilizado.....	39
Nota 13 – Intangível.....	40
Nota 14 – Depósitos.....	40
Nota 15 – Obrigações por operações compromissadas	41
Nota 16 – Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debêntures e similares	41
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	41
Nota 18 – Instrumentos financeiros derivativos.....	42
Nota 19 – Provisões	42
Nota 20 – Patrimônio Líquido	44
Nota 21 – Limites operacionais - acordo de Basileia	45
Nota 22 – Outros desdobramentos das demonstrações contábeis	45
Nota 23 – Transações com partes relacionadas	49
Nota 24 – Outras informações.....	50
Composição dos órgãos da Administração do Banco Sicoob	53
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria.....	54
Relatório do auditor independente	56

Cenário Macroeconômico

O primeiro semestre de 2021 foi marcado globalmente pelo seguimento da recuperação econômica iniciada na segunda metade do ano passado, após o choque gerado pelos impactos da pandemia da covid-19. O início do processo de vacinação ao redor do mundo e a gradual redução das restrições em regiões importantes trouxeram um impulso adicional à retomada das principais economias, ainda que surtos específicos causados por novas variantes do vírus tenham mantido certo grau de apreensão ao longo dos meses.

No Brasil, o PIB do 1T21 apresentou crescimento de 1,2% na comparação com o 4T20 na série com ajuste sazonal (1,0% na comparação com o 1T20). Destaque para a Agropecuária (+5,7%), impulsionada pela forte demanda externa e pelo câmbio favorável. O PIB da Indústria cresceu 0,7%, desempenho puxado pelas Indústrias Extrativas (3,2%) e pela Construção Civil (2,1%), enquanto a Indústria de Transformação recuou 0,5% no período, afetada pela escassez e alto custo de insumos e pela ressaca do forte crescimento no último semestre de 2020.

Comedidamente, o PIB de serviços manteve expansão de 0,4%, sendo o setor ainda mais limitado pelos impactos da pandemia. A forte segunda onda registrada entre os meses de março e abril, que levou à retomada de medidas restritivas de atividades, voltou a afetar o setor.

O mercado de trabalho tem apresentado sinais de melhora, ao menos no emprego formal. De acordo com dados do Caged (Ministério da Economia) foram gerados 1,5 milhão de postos de trabalho líquidos nos seis primeiros meses do ano. Todos os principais setores apresentam variação positiva na mão de obra com carteira: serviços (631 mil), indústria (340 mil), comércio (234 mil), construção civil (178 mil) e agropecuária (152 mil).

As concessões de crédito mostraram crescimento ao longo do primeiro semestre, encerrando o período com alta de 1,7% ante o segundo semestre de 2020 em termos dessazonalizados e aumento de 8,0% na variação anual em termos reais. O crescimento contou com a contribuição do crédito PF (+4,1% na margem dessazonalizada), enquanto para PJ houve redução na margem (-0,8%). Na carteira às PF, o crédito livre, mais voltado ao consumo, apresentou crescimento no 2T21, após o fechamento das atividades no final do 1T21 pela segunda onda da pandemia. Na carteira PJ, a redução na margem ocorreu pelo fim dos programas de assistência às empresas diminuindo os volumes de crédito direcionado. As modalidades externas também cresceram no período, favorecendo-se da depreciação cambial.

Relatório da Administração

30 de junho 2021

A inflação oficial, medida pelo IPCA, continuou pressionada nos primeiros meses de 2021. Até junho, o índice acumulou variação de 3,77%, já alcançando a meta de todo o ano estabelecida em 3,75%. Em 2021, a maior pressão ao índice até junho foi proveniente do grupo transportes (contribuição de 1,6 p.p., alta de 8,2%), influenciado pela forte elevação dos preços dos combustíveis. A segunda maior contribuição veio do grupo alimentação (0,6 p.p., alta de 2,7%), impulsionado pela alta das carnes. Na sequência, habitação (0,5 p.p., alta de 3,3%), com impacto da alta do gás de botijão.

Diante da retomada mais rápida da economia e da piora significativa do quadro inflacionário, com reflexos negativos nas expectativas para o IPCA em 2021 e 2022, o Banco Central iniciou em março o processo de normalização da política monetária. Após a Selic ter finalizado 2020 no inédito patamar de 2%, o Copom promoveu três aumentos de 75 bps no primeiro semestre, levando a taxa básica para 4,25% ao ano. A entidade tem sinalizado a intenção de ajustar a Selic até seu nível considerado neutro, o que deve significar o alcance de níveis próximos a 7,0% ainda em 2021, tendo em vista a estimativa de que o juro real de equilíbrio esteja ao redor de 3,0% e a expectativa de inflação para o próximo ano pouco abaixo de 4%.

No cenário internacional, as principais economias continuaram em recuperação, embora com algumas divergências. Destaque para os Estados Unidos, que apresentaram dois trimestres de forte crescimento na margem em termos anualizados, de 6,3% no 1T21 e 6,5% no 2T21, em meio ao contexto de intensos estímulos monetários e fiscais e à gradual superação dos impactos da pandemia, o que tem permitido a reabertura das atividades.

Na Europa, por outro lado, uma terceira onda da pandemia no início do ano exigiu uma retomada de restrições em boa parte dos países, o que resultou em quedas do PIB no 1T21 de 0,3% na Zona do Euro e de 1,6% no Reino Unido. Com a redução das restrições, é esperado que o PIB destas regiões tenha retomado um bom crescimento no 2T21. A China manteve o impulso, ainda que em tendência de normalização das altas. Considerando as bases frágeis do 1º semestre de 2020, o PIB chinês apresentou forte expansão anual de 18,3% no 1T21 e de 7,9% no 2T21.

Nos mercados domésticos, os ativos acompanharam em grande medida os movimentos externos, ainda que renovadas turbulências internas – majoritariamente de caráter político – tenham contribuído para acentuar a volatilidade. Após encerrar o ano de 2020 em R\$ 5,20/US\$, a taxa de câmbio BRL/USD exibiu períodos de grande instabilidade, chegou a romper R\$ 5,80/US\$ no início de março. Desde então, a acomodação global do dólar, a recomposição da taxa de juros pelo Banco Central e sinais de melhora das condições econômicas e fiscais internas permitiram certa recuperação do real, com a taxa encerrando o semestre em R\$ 5,00/US\$.

Relatório da Administração

30 de junho 2021

Em suma, o 1º semestre de 2021 foi marcado pela continuidade da recuperação mundial à catástrofe econômica e sanitária trazida pela pandemia da covid-19, ainda que sem a plena superação deste evento e de seus impactos. Nesse sentido, novas ondas da doença a partir de variantes do coronavírus, com picos recorrentes de casos e óbitos em diversas regiões do mundo, mostraram que a plena retomada virá apenas com a completa imunização das pessoas. No Brasil, o quadro é similar ao observado no restante do mundo, com o agravante de um ambiente político turbulento e uma situação fiscal prévia já delicada. Por esta razão, segue fundamental que o País avance em medidas estruturais capazes de lidar com estes desafios, que permanecem como ameaça à manutenção de um quadro econômico equilibrado e com juros reduzidos para os padrões históricos, base fundamental para uma gradual retomada do crescimento.

Banco Sicoob

Fundado em 1996, o Banco Cooperativo Sicoob S.A. — Banco Sicoob é um banco múltiplo privado, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil — Sicoob.

O Banco Sicoob integra a estrutura de Governança Corporativa unificada com o Sicoob Confederação, formando assim o Centro Cooperativo Sicoob — CCS. Desta forma, o Banco reúne no âmbito do seu conglomerado as empresas Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.¹ — Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.² — Sicoob Consórcios, Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. — Sicoob Pagamentos e Sicoob Participações em Seguridade S.A. — SicoobPar Seguridade, além de patrocinar a fundação Sicoob de Previdência Privada — Sicoob Previ.

Voltado ao atendimento de cooperativas de crédito, o Banco Sicoob disponibiliza produtos e serviços financeiros especializados em atender às demandas das cooperativas singulares.

O Planejamento Estratégico do CSS, representado pelo Pacto Sistêmico, é conjunto de diretrizes composto por desafios que são delineados pelo aumento da competitividade, inovação, melhoria de processos internos, geração de conhecimento dos colaboradores e na infraestrutura de produtos e serviços do Banco Sicoob. Nesta perspectiva, o papel do Banco Sicoob está inserido neste cenário mais abrangente que é agregar fatores de competitividade às cooperativas.

No primeiro semestre de 2021, o Banco Sicoob apresentou resultado de R\$ 117,70 milhões, representando um aumento de 28,83% em relação ao mesmo período de 2020. No mesmo sentido,

¹ Razão social em processo de alteração junto aos órgãos competentes. Consta, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica como Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (06/08/2021).

² Razão social em processo de alteração junto aos órgãos competentes. Consta, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica como Ponta Administradora de Consórcios Ltda. (06/08/2021).

Relatório da Administração

30 de junho 2021

em junho de 2021, os depósitos totais atingiram o valor de R\$ 50,25 bilhões, com destaque para os depósitos de poupança que totalizaram R\$ 10,68 bilhões, apresentando evolução de 8,02% em relação a dezembro de 2020 ante redução de 0,54% do saldo de poupança do Sistema Financeiro Nacional — SFN. Outro destaque do primeiro semestre foi o avanço de 90% dos depósitos a prazo, que totalizaram em junho de 2021, o valor de R\$ 1,75 bilhão.

Performance

O Banco Sicoob encerrou o primeiro semestre de 2021 com ativos totais consolidados de R\$ 71,06 bilhões, redução de 6,82% em relação a dezembro de 2020, destacando-se:

a. Instrumentos financeiros

Com montante consolidado de R\$ 41,70 bilhões em junho de 2021, o que corresponde a aumento de aproximadamente 12,31% quando comparado a dezembro de 2020, destacam-se.

Títulos e valores mobiliários

Com montante consolidado de R\$ 19,55 bilhões em junho de 2021, tem expressiva participação de títulos públicos federais (LFTs), o que equivale a aproximadamente 46,89% do total de instrumentos financeiros.

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Com montante consolidado de R\$ 719,13 milhões em junho de 2021, refere-se à aplicações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros.

Repasses Interfinanceiros e operações de crédito

Com montante consolidado de R\$ 21,43 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 14,28% em relação a dezembro de 2020. Na composição total destacam-se as linhas contratadas de crédito imobiliário, que apresentou expansão de 58,90%. Também apresentaram crescimento a Poupança Rural, Recursos Próprios e Recursos Obrigatórios.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 1,40 bilhão, aumento de 5,76% em relação a dezembro de 2020.

b. Operações de cartões

O Banco Sicoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o primeiro semestre de 2021 com 8,62 milhões de plásticos. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 23% do faturamento total.

Relatório da Administração

30 de junho 2021

O volume de compras no semestre foi de R\$ 32 bilhões, significando um crescimento de 60% em relação ao primeiro semestre de 2020. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 16,42 bilhões.

c. Operações de aquisição

A aquisição, na combinação das bases Sicoob e sistemas parceiros, registrou no primeiro semestre de 2021 um aumento de 12% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag, na comparação com o mesmo período do ano de 2020.

O aumento da base resultou em um faturamento acumulado de R\$ 17,3 bilhões, o que representa um aumento de 25% em relação ao mesmo período do ano de 2020.

d. Depósitos

Os depósitos consolidados alcançaram, no primeiro semestre de 2021, o valor de R\$ 50,25 bilhões.

A Poupança Cooperada fechou o semestre somando R\$ 10,68 bilhões, um crescimento de 8,02% em relação ao ano de 2020.

e. Processamento de serviços

O Banco Sicoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o primeiro semestre um total de 251.812.920 documentos, sendo 16,01% superior ao mesmo período do ano anterior.

f. Novos convênios

No primeiro semestre de 2021, novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 28 parcerias. Dentre os novos convênios, destacamos a Prefeitura de Buritis MG, Prefeitura de Presidente Prudente SP, Prefeitura de Ibitirama ES, Prefeitura de Caxias do Sul RS, DMAE Castanheira MT, Prefeitura de Davinópolis GO, SAAEC Colina SP, COPREL Energia RS, Prefeitura de Santo Antônio do Monte MG, SAE Ourinhos SP, SAAE Atibaia SP, Adyl Net Telecom RS e BEK Maceió AL.

O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas cooperativos, além de instituições bancárias, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional.

Gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital

I. Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

- a) Financeiros:** risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez;
- b) Não Financeiros:** risco operacional, risco socioambiental, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, risco de continuidade de negócios, risco de lavagem de dinheiro e risco cibernético.

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos considerados relevantes.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos na Instituição.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Banco Sicoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) 1ª linha:** controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) 2ª linha:** áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma unificada;
- c) 3ª linha:** avaliação independente da auditoria interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminadas na Instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Banco Sicoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Relatório da Administração

30 de junho 2021

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Encontra-se disponível no sítio do Banco Sicoob (www.bancoob.com.br) o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

a. Risco de crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Banco Sicoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Banco Sicoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O Banco Sicoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Relatório da Administração

30 de junho 2021

- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

b. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos de mercado e de variação das taxas de juros, com objetivo de assegurar que o risco seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Banco Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições do banco.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (IRRBB) utiliza as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. No processo de gerenciamento do risco são utilizadas as abordagens de valor econômico e resultado da intermediação financeira.

- a) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
- b) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição.

O acompanhamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é realizado por meio da apreciação de relatórios periódicos elaborados pela área especializada e remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e resultado de intermediação financeira;
- b) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas do Banco Central do Brasil - BCB;

Relatório da Administração

30 de junho 2021

- c) análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- d) limites máximos do risco de variação das taxas de juros;
- e) análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- f) resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);
- g) testes de estresse;
- h) plano de contingência.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação para avaliar a sensibilidade do risco aos limites definidos na RAS.

c. Risco de liquidez

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
 - limite mínimo de liquidez;
 - fluxo de caixa projetado;
 - aplicação de cenários de estresse;
 - definição de planos de contingência.
- b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- d) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez do Banco Sicoob.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do conglomerado do Banco Sicoob.

Como mecanismo de controle para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

Relatório da Administração

30 de junho 2021

d. Risco operacional e risco de imagem

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócios, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

O gerenciamento do risco de imagem é realizado por meio do monitoramento dos canais de comunicação institucionais para mensurar a satisfação e qualidade no atendimento (Ouvidoria, SAC), o atendimento em prazos regulamentares do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR) e a classificação reputacional frente ao mercado pelo público em geral (Reclame Aqui e redes sociais).

e. Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) operações de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Banco Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

f. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política Institucional de Controles Internos e Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Banco Sicoob possui funcionários dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como consultores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade.

Relatório da Administração

30 de junho 2021

g. Risco de estratégia

O Banco Sicoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor de produtos e serviços financeiros, a exemplo dos seguintes:

- ✓ Pagamentos;
- ✓ Crédito;
- ✓ Administração de recursos de terceiros;
- ✓ Centralização financeira;
- ✓ Previdência;
- ✓ Seguros;
- ✓ Cartões;
- ✓ Adquirência;
- ✓ Consórcios;
- ✓ Digitalização;
- ✓ Investimentos;
- ✓ Câmbio e comércio exterior;
- ✓ Derivativos Agropecuários.

h. Risco de Continuidade de Negócios

As diretrizes para gerenciamento do risco de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

i. Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo

As diretrizes para gerenciamento do risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

- a) Monitorar;
- b) Selecionar;
- c) Registrar, analisar e diligenciar;
- d) Comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- e) Emitir relatórios gerenciais.

A prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo tem o objetivo de mitigar os riscos da prática de ilícitos com utilização da estrutura do Sicoob e zelar pela imagem/reputação.

Relatório da Administração

30 de junho 2021

j. Risco Cibernético

As diretrizes para gerenciamento do risco cibernético encontram-se registradas na Política Institucional de Segurança Cibernética, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco cibernético se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) definição de diretrizes para a segurança do espaço cibernético relacionadas à capacidade do Banco Sicoob de prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a incidentes relacionados com o ambiente cibernético;
- b) proteção das informações sob responsabilidade das empresas preservando a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade;
- c) prevenção de eventuais interrupções, totais ou parciais, dos serviços de TI acessados pelas empresas e pelos clientes/cooperados e, no caso de ocorrência de interrupção, a redução dos impactos dela resultantes;
- d) tratamento e prevenção de incidentes de segurança cibernética;
- e) formação e qualificação dos recursos humanos necessários à área de segurança cibernética;
- f) promoção do intercâmbio de conhecimentos entre as demais instituições financeiras, órgãos e entidades públicas a respeito da segurança cibernética;
- g) estabelecimento de plano de ação e de resposta a incidentes, revisado anualmente;
- h) definição de diretrizes para a classificação das informações, mantidas em meio eletrônico ou físico, de acordo com os requisitos de proteção esperados em termos de sigilo, valor, requisitos legais, sensibilidade e necessidades do negócio, de modo que busquem assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados.

II. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do conglomerado para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o conglomerado Banco Sicoob aderiu formalmente por decisão do seu Conselho de Administração.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem ao conglomerado Banco Sicoob identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos.

Dispõe de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Banco Sicoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

Relatório da Administração

30 de junho 2021

Patrimônio líquido e resultado do período

O patrimônio líquido consolidado em 30 de junho de 2021 alcançou o montante de R\$ 2,12 bilhões, o que representa um aumento de 4,31% em relação ao ano anterior.

No semestre, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 117,96 milhões, com retorno anualizado de 9,08% sobre o patrimônio líquido médio.

Agradecimentos

Agradecemos aos representantes das acionistas, pela confiança na Administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas parceiras, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Banco Sicoob e pela Fundação Sicoob Previ, e aos profissionais do Banco, das empresas controladas e da fundação patrocinada, pela incondicional dedicação.

A Administração

Balanço patrimonial

30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante e não circulante		71.110.922	76.269.420	71.061.131	76.264.539
Disponibilidades	4(a)	14.721.843	27.245.919	14.721.853	27.245.927
Depósitos compulsórios no Banco Central	7	1.704.904	1.518.597	1.704.904	1.518.597
Instrumentos financeiros		41.661.837	37.078.615	41.705.167	37.132.633
Títulos e Valores Mobiliários	8	19.512.207	17.436.512	19.555.537	17.490.529
Carteira própria		8.987.686	4.974.972	9.031.016	5.028.989
Títulos públicos		8.096.779	3.535.177	8.121.704	3.559.789
Títulos privados		839.799	1.388.529	840.157	1.388.882
Cotas de fundos de investimento		51.108	51.266	69.155	80.318
Vinculados a operações compromissadas		3.640.663	6.812.656	3.640.663	6.812.656
Títulos públicos		3.640.663	6.812.656	3.640.663	6.812.656
Vinculados a prestação de garantias		6.883.842	5.648.831	6.883.842	5.648.831
Títulos públicos		6.848.470	5.613.943	6.848.470	5.613.943
Títulos privados		35.372	34.888	35.372	34.888
Instrumentos financeiros derivativos		16	53	16	53
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6	719.126	888.827	719.126	888.827
Repasse interfinanceiros e operações de crédito		21.430.504	18.753.276	21.430.504	18.753.276
Repasse interfinanceiros	9(a)	14.453.750	11.883.497	14.453.750	11.883.497
Operações de crédito	9(a)	7.104.404	6.990.631	7.104.404	6.990.631
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9(g)	(127.650)	(120.852)	(127.650)	(120.852)
Outros ativos	22	12.387.427	9.863.776	12.457.173	9.941.387
Transações de pagamento	22(a1)	10.674.106	9.476.361	10.704.305	9.516.182
Carteira de câmbio	22(a2)	7.085	187	7.085	187
Rendas a receber		16.490	14.558	20.963	21.556
Outros	22(a3)	1.773.736	444.775	1.808.810	475.567
(-) Provisões para outros ativos		(83.990)	(72.105)	(83.990)	(72.105)
Ativos fiscais diferidos	10	293.663	237.459	296.730	237.742
Investimentos em participações em coligadas e controladas	11	275.720	258.916	91.348	106.090
Controladas e coligadas		275.720	258.916	91.348	106.090
Imobilizado	12	64.145	64.661	73.572	73.849
Imobilizado de uso		114.114	110.643	141.797	136.332
(-) Depreciações acumuladas		(49.969)	(45.982)	(68.225)	(62.483)
Intangível	13	1.383	1.477	10.384	8.315
Direitos de uso de software		10.255	10.020	34.399	30.190
(-) Amortizações acumuladas		(8.872)	(8.543)	(24.015)	(21.875)
Total do ativo		71.110.922	76.269.420	71.061.131	76.264.539

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço patrimonial

30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante e não circulante		68.986.710	74.232.739	68.936.032	74.227.230
Passivos financeiros		57.830.025	66.138.506	57.445.467	65.807.227
Depósitos	14(a)	50.635.828	55.539.977	50.251.271	55.208.698
Obrigações por operações compromissadas	15	3.629.437	6.779.022	3.629.437	6.779.022
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debentures e similares	16	36.540	52.376	36.540	52.376
Obrigações por empréstimos e repasses	17(a)	3.528.130	3.767.130	3.528.130	3.767.130
Instrumentos financeiros derivativos	18	89	1	89	1
Provisões		14.798	14.865	15.128	15.174
Provisões para contingências	19(a)	14.564	14.670	14.894	14.979
Provisões para garantias prestadas	19(b)	234	195	234	195
Outros passivos	22	11.141.887	8.079.296	11.475.437	8.404.757
Transações de pagamentos	22(b1)	9.641.259	7.341.871	9.723.832	7.437.397
Obrigações sociais e estatutárias e pagamentos a liquidar		6.550	14.189	7.413	16.023
Obrigações fiscais e previdenciárias	22(b2)	135.925	100.167	164.408	128.815
Carteira de câmbio	22(b3)	9.514	187	9.514	187
Outros	22(b4)	1.348.640	622.882	1.570.270	822.335
Obrigações fiscais diferidas		-	72	-	72
Outras obrigações fiscais diferidas		-	72	-	72
Total do passivo		68.986.710	74.232.739	68.936.032	74.227.230
Patrimônio Líquido	20	2.124.212	2.036.681	2.125.099	2.037.309
Capital social		1.910.226	1.864.332	1.910.226	1.864.332
Reservas de capital		51	51	51	51
Reserva de lucros		290.186	218.378	290.186	218.378
Outros resultados abrangentes		(55.865)	(46.080)	(55.865)	(46.080)
Ações em tesouraria		(20.386)	-	(20.386)	-
Participação de acionistas não controladores		-	-	887	628
Total do passivo e do patrimônio líquido		71.110.922	76.269.420	71.061.131	76.264.539

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

30 de junho 2021

	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira		1.221.430	1.151.144	1.221.914	1.151.711
Resultado com operações de crédito	9(h)	629.887	534.737	629.887	534.737
Resultado com títulos e valores mobiliários	8(c)	574.209	597.348	574.693	597.915
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8(c)	371	(6.609)	371	(6.609)
Resultado de operações de câmbio	22(c)	1.795	7.620	1.795	7.620
Resultado das aplicações compulsórias		15.168	18.048	15.168	18.048
Despesas da intermediação financeira		(815.331)	(850.092)	(810.227)	(847.433)
Operações de captação no mercado	14(b)	(710.346)	(762.570)	(705.829)	(759.911)
Operações de empréstimos e repasses	17(b)	(78.742)	(58.145)	(78.742)	(58.145)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9(g)	(26.243)	(29.377)	(25.656)	(29.377)
Resultado bruto da intermediação financeira		406.099	301.052	411.687	304.278
Receitas Operacionais		798.752	669.648	981.517	784.268
Receitas de prestação de serviços	22(d)	599.904	472.637	783.799	593.659
Rendas de tarifas bancárias	22(d)	59	30	59	30
Resultado de participações em controladas e coligadas	11	43.380	33.885	10.739	24.161
Outras receitas operacionais	22(e)	155.409	163.096	186.920	166.418
Despesas Operacionais		(996.793)	(874.566)	(1.165.499)	(983.522)
Despesas de pessoal	22(f)	(69.672)	(69.606)	(105.935)	(108.460)
Despesas administrativas	22(g)	(170.437)	(121.799)	(313.867)	(207.564)
Despesas tributárias		(79.296)	(63.981)	(99.648)	(78.690)
Outras despesas operacionais	22(h)	(677.388)	(619.180)	(646.049)	(588.808)
Resultado operacional		208.058	96.134	227.704	105.024
Resultado não operacional	22(i)	(23.865)	5.771	(23.865)	5.772
Resultado antes da tributação e da participação no lucro		184.193	101.905	203.838	110.796
Imposto de renda e contribuição social	10	(61.434)	(5.601)	(79.994)	(12.074)
Provisão para imposto de renda	10(d)	(60.184)	(42.447)	(73.853)	(46.587)
Provisão para contribuição social	10(d)	(49.430)	(31.970)	(57.106)	(34.291)
Ativo fiscal diferido	10(d)	48.180	68.816	50.965	68.804
Participação estatutárias no lucro		(5.057)	(4.942)	(5.885)	(6.470)
Resultado líquido		117.702	91.362	117.960	92.252
Quantidade de ações		1.026.352.536	1.003.744.529	1.026.352.536	1.003.744.529
Resultado líquido por ação		114,68	91,02	114,93	91,91
Resultado atribuível à controladora		-	-	117.702	91.362
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	-	259	890

Demonstração do resultado abrangente

30 de junho de 2021

Nota	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido	117.702	91.362	117.960	92.252
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados para o resultado	(55.865)	(5.344)	(55.865)	(5.344)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(101.662)	(9.716)	(101.662)	(9.716)
Efeitos tributários	45.797	4.372	45.797	4.372
Outros resultados abrangentes do semestre/exercício líquido de impostos	61.837	86.018	62.095	86.908
Resultado abrangente total do semestre/exercício	61.837	86.018	62.095	86.908
Lucro atribuível ao controlador	61.837	86.018	61.836	86.018
Lucro atribuível à participação dos não controladores	-	-	259	890

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Atribuível à Controladora	Atribuível aos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.742.770	-	-	51	172.831	681	-	-	1.916.333	9.708	1.926.041
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	91.362	-	91.362	890	92.252
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários		-	-	-	-	-	(6.025)	-	-	(6.025)	-	(6.025)
Total do resultado abrangente do semestre		-	-	-	-	-	(6.025)	91.362	-	85.337	890	86.227
Aumento de Capital		121.563	(217.618)	-	-	-	-	-	-	(96.055)	-	(96.055)
Capital a Realizar		-	-	(121.563)	-	-	-	-	-	(121.563)	-	(121.563)
Integralização de Capital		-	217.618	121.563	-	-	-	-	-	339.181	-	339.181
Dividendos Propostos de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(115.485)	-	-	-	(115.485)	-	(115.485)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	91.362	-	91.362	-	91.362
Destinações propostas:										-	-	-
Reserva legal		-	-	-	-	4.568	-	(4.568)	-	-	-	-
Reserva de Lucros		-	-	-	-	82.454	-	(82.454)	-	-	-	-
Dividendos propostos	20(d)	-	-	-	-	4.340	-	(4.340)	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2020		1.864.332	-	-	51	148.708	(5.344)	-	-	2.007.747	10.598	2.018.345
Mutações do semestre		121.563	-	-	-	(24.123)	-	-	-	97.440	-	97.440
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.864.332	-	-	51	218.378	(46.080)	-	-	2.036.681	628	2.037.309
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	91.362	-	91.362	259	91.621
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários		-	-	-	-	-	(9.785)	-	-	(9.785)	-	(9.785)
Total do resultado abrangente do semestre		-	-	-	-	-	(9.785)	91.362	-	(81.577)	259	81.836
Aumento de Capital		-	45.894	-	-	-	-	-	-	45.894	-	45.894
Capital a Realizar		-	-	(45.894)	-	-	-	-	-	(45.894)	-	(45.894)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

30 de junho de 2021

		45.894	(45.894)	45.894	-	-	-	-	-	45.894	-	45.894
	Nota	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros acumulado	Ações em tesouraria	Atribuível à Controladora	Atribuível aos não controladores	Total
Integralização de Capital		45.894	(45.894)	45.894	-	-	-	-	-	45.894	-	45.894
Dividendos Propostos de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(45.894)	-	-	-	(45.894)	-	(45.894)
Aquisições de ações próprias		-	-	-	-	-	-	-	(20.386)	(20.386)	-	(20.386)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	117.702	-	117.702	-	117.702
Destinações propostas:												
Reserva legal		-	-	-	-	5.885	-	(5.885)	-	-	-	-
Reserva de Lucros		-	-	-	-	106.226	-	(106.226)	-	-	-	-
Dividendos propostos	20(d)	-	-	-	-	5.591	-	(5.591)	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021		1.910.226	-	-	51	290.186	(55.865)	-	(20.386)	2.124.212	887	2.125.099
Mutações do semestre		45.894	-	-	-	71.808	-	-	(20.386)	97.316	-	97.316

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota			
	Banco		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido ajustado	198.331	104.022	253.818	126.173
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	184.193	101.905	203.838	110.796
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	26.243	29.540	25.656	29.540
Depreciações e amortizações	4.316	4.263	7.888	7.583
Resultado de participações em controladas	(43.380)	(33.885)	(10.739)	(24.161)
Amortização de ágio de participação em controladas	25.482	1.289	25.482	1.289
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.477	910	1.693	1.126
Diminuição (aumento) das aplicações interfinanceiras de liquidez	169.701	87.333	169.701	87.333
Aumento (diminuição) de títulos e valores mobiliários	(2.085.480)	1.161.202	(2.074.792)	1.165.665
Aumento (diminuição) das relações interfinanceiras e interdependências	(2.218.605)	353.591	(2.208.986)	358.669
Aumento (diminuição) das operações de crédito	(122.040)	(739.743)	(122.040)	(739.743)
Aumento (diminuição) de outros créditos	(556.558)	472.909	(548.831)	485.791
Diminuição (aumento) de outros valores e bens	579	(4.855)	(1.702)	(7.223)
Diminuição de depósitos	(4.904.149)	12.432.921	(4.965.767)	12.401.793
Diminuição (aumento) das obrigações por operações compromissadas	(3.149.585)	(107.877)	(3.149.585)	(107.877)
Diminuição dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	(15.836)	(49.741)	(15.836)	(49.741)
Diminuição das obrigações por empréstimos e repasses	(239.000)	67.213	(239.000)	67.213
Aumento de outras obrigações	484.759	(28.661)	479.410	(27.397)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)	(63.296)	(52.798)	(70.499)	(60.001)
Variação nos resultados de exercícios futuros	152	(56)	152	(56)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(12.501.026)	13.695.460	(12.493.956)	13.700.599
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	(90)	(62)	(90)	(62)
Recebimento de dividendos coligadas-controladas	1.093	23.657	-	20.000
Alienação de imobilizado de uso	-	17	-	17
Aquisição de imobilizado	(3.471)	(1.510)	(5.469)	(1.642)
Aquisição de intangível	(234)	(470)	(4.211)	(1.817)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(2.702)	21.632	(9.770)	16.496
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital social	45.894	121.562	45.894	121.562
Aquisição de ações de própria emissão	(20.386)	-	(20.386)	-
Pagamento de Dividendos	(45.856)	(121.225)	(45.856)	(121.225)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(20.348)	337	(20.348)	337
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4	(12.524.076)	(12.524.074)	13.717.432
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	27.245.919	11.082.740	27.245.927	11.082.748
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	14.721.843	24.800.169	14.721.853	24.800.180

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

O Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob (“Banco Sicoob”, “Instituição” ou “Banco”), companhia de capital fechado, localizado no endereço SIG quadra 06 lote 2080, Brasília – DF, foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central” ou “BC”) em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Banco a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Banco Sicoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Banco Sicoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (“Sicoob”).

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas (“demonstrações contábeis”) são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. O Banco Sicoob atende aos dispostos nas Resoluções CMN 4.720/2019 e BCB 2/2020.

A Resolução BCB 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Contábeis a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os do Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Ponta Administradora de Consórcios Ltda., Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. e Sicoob Participações em Seguridade S.A. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

A Diretoria colegiada do Banco Sicoob submeteu ao Conselho de Administração que aprovou essas demonstrações contábeis em 10 de agosto de 2021.

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Sicoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Estes recursos são utilizados pelo Banco Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 4).

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação/captação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Importante destacar que se trata de operações lastreadas em títulos públicos federais e privados.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- ii. Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.
- iii. Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período..

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/02 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

É fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto, (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 9g.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso – 4,70%, equipamentos de uso - 10%, veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de Previdência

O plano de previdência instituído pelo Banco Sicoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 20%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

O créditos tributário de imposto de renda foi calculado com base nas mesmas alíquotas descritas acima. O crédito tributário de contribuição social foi calculado a 20% com um complemento de 5% conforme estudo de realização e expectativa de consumo das provisões com vencimento em 2021, considerando o aumento da alíquota do tributo conforme disposição legal da Lei nº 14.183/21.

Ambos os créditos tributários são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Banco Sicoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e Passivos Contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas Judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.
- **Obrigações Legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Banco Sicoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

s. Pronunciamentos técnicos contábeis – CPCs

O Conselho Monetário Nacional aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. Os pronunciamentos aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico - aprovado pela Resolução CMN 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - aprovado pela Resolução CMN 3.566/2008;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - aprovado pela Resolução CMN 4.720/2019;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - aprovado pela Resolução CMN 4.636/2018;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - aprovado pela Resolução CMN 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - aprovado pela Resolução CMN 4.007/2011;
- CPC 24 - Evento subsequente - aprovado pela Resolução CMN 3.973/2011;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - aprovado pela Resolução CMN 3.823/2009;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - aprovado pela Resolução CMN 4.424/2015; e
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - aprovado pela Resolução CMN 4.748/2019.

Os demais Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC serão aplicados quando aprovada a adoção pelo Conselho Monetário Nacional. No entanto, os seguintes CPCs foram adotados parcialmente pelo CMN por meio da emissão das seguintes normas:

- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN 4.524/2016;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN 4.534/2016; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN 4.535/2016.

Nota 4 – Composição do caixa e equivalentes de caixa

a. Composição

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Caixa	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	5	47.845	32.044	47.855	32.052
Moeda nacional		332	322	338	328
Depósitos bancários		-	-	4	2
Reservas livres		129	268	129	268
Moeda estrangeira		47.384	31.454	47.384	31.454
Equivalentes de caixa					
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	6	14.673.998	27.213.875	14.673.998	27.213.875
Total		14.721.843	27.245.919	14.721.853	27.245.927

Nota 5 – Disponibilidades

	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Moeda nacional		332	322	338	328
Depósitos bancários		-	-	4	2
Reservas livres		129	268	129	268
Moeda estrangeira		47.384	31.454	47.384	31.454
Total		47.845	32.044	47.855	32.052

Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco e Consolidado				
	Vencimento			Total	Total
	Nota	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	30/06/2021	31/12/2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	14.673.998	-	14.673.998	27.213.875
Re vendas a liquidar – posição bancada		14.673.998	-	14.673.998	27.213.875
Aplicações em depósitos interfinanceiros		388.532	330.594	719.126	888.827
Total		15.062.530	330.594	15.393.124	28.102.702
Circulante				15.393.124	28.102.702
Não Circulante				-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações de títulos e valores mobiliários.

Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas	30/06/2021	30/06/2020
Posição Bancada	309.172	278.684
Subtotal	309.172	278.684
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.930	14.088
Total	321.102	292.772

Nota 7 – Depósitos compulsórios no Banco Central

	Nota	Banco e Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020
Bacen – Pagamentos Instantâneos		51.721	91.729
Bacen - Reservas Compulsórias em espécie		4.812	6.661
Bacen - Recolhimentos obrigatórios		1.648.371	1.420.207
Total		1.704.904	1.518.597
Circulante		1.704.904	1.518.597
Não Circulante		-	-

Nota 8 – Instrumentos financeiros

a. Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como “Títulos para negociação”, “Disponíveis para venda” e “Títulos Mantidos até o vencimento”. A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

i. Títulos públicos federais (LTNs, LFTs, NTNs) - é usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.

ii. Fundos de investimento - utiliza-se o valor da última cota subordinada informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.

iii. Títulos privados - Os títulos privados são marcados a mercado, periodicamente, por metodologia própria que considera em primeiro lugar, os preços disponíveis em mercados líquidos. Alternativamente, calculam-se os valores justos por meio de método que considera os *spreads* médios (para títulos privados semelhantes) praticados na própria carteira, de acordo com o porte do emitente.

Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, são custodiados na [B]³ Brasil, Bolsa, Balcão e no SELIC, exceto cotas de fundos de investimento cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma

Banco	Nota	Vencimento					Total 30/06/2021			Total 31/12/2020			
		Sem Vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I – Títulos disponíveis para venda													
Carteira Própria		51.108	27.385	357.948	412.721	427.538	11.980.356	13.980.356	13.358.719	(101.663)	14.869.752	14.785.971	(83.781)
LFT		-	-	46.256	-	124.929	6.231.656	6.464.131	6.402.841	(61.290)	3.155.961	3.127.897	(28.064)
Fundos		51.108	-	-	-	-	-	51.108	51.108	-	51.266	51.266	-
LF		-	27.385	89.421	331.987	228.625	-	678.548	677.418	(1.130)	1.203.903	1.201.847	(2.056)
Total		51.108	27.385	135.677	331.987	353.554	6.231.656	7.193.787	7.131.367	(62.420)	4.411.130	4.381.010	(30.120)
Carteira vinculada à recompra													
LFT		-	-	37.377	80.734	-	1.306.828	1.438.350	1.424.939	(13.411)	4.790.462	4.756.130	(34.332)
Total		-	-	37.377	80.734	-	1.306.828	1.438.350	1.424.939	(13.411)	4.790.462	4.756.130	(34.332)
Carteira vinculada a garantias													
LFT		-	-	184.894	-	73.984	4.406.500	4.691.208	4.665.378	(25.830)	34.913	34.888	(25)
LF		-	-	-	-	-	35.372	35.374	35.372	(2)	5.633.247	5.613.943	(19.304)
Total		-	-	184.894	-	73.984	4.441.872	4.726.582	4.700.750	(25.832)	5.668.160	5.648.831	(19.329)
II – Títulos para negociação													
Carteira própria		16	-	-	-	-	-	16	16	-	656	654	(2)
CPR		-	-	-	-	-	-	-	-	-	603	601	(2)
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-	603	601	(2)
Instrumentos Financeiros Derivativos													
Futuro – Câmbio		16	-	-	-	-	-	16	16	-	53	53	-
Total		16	-	-	-	-	-	16	16	-	53	53	-
III – Títulos mantidos até o vencimento													
Carteira própria		-	7.950	3.230	9.248	8.418	6.226.289	6.261.438	6.255.135	(6.303)	2.658.635	2.649.887	(8.748)
LFT		-	-	-	-	-	1.693.938	1.693.938	1.693.938	-	407.280	407.280	-
CPRF – PÓS		-	2.634	3.230	1.009	-	99.061	105.934	105.934	-	126.033	126.033	-
CPRF – PRÉ		-	5.316	-	8.239	8.418	34.474	62.750	56.447	(6.303)	68.796	60.048	(8.748)
Total		-	7.950	3.230	9.248	8.418	1.827.473	1.862.622	1.856.319	(6.303)	602.109	593.361	(8.748)
Carteira vinculada à recompra													
LFT		-	-	-	-	-	2.215.724	2.215.724	2.215.724	-	2.056.526	2.056.526	-
Total		-	-	-	-	-	2.215.724	2.215.724	2.215.724	-	2.056.526	2.056.526	-
Carteira vinculada à garantia													
LFT		-	-	-	-	-	2.183.092	2.183.092	2.183.092	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	2.183.092	2.183.092	2.183.092	-	-	-	-
Total - TVM		51.124	35.335	361.178	421.969	435.956	18.206.645	19.620.173	19.512.207	(107.966)	17.529.043	17.436.512	(92.531)
Circulante		-	-	-	-	-	-	-	1.305.562	-	-	2.497.286	-
Não Circulante		-	-	-	-	-	-	-	18.206.645	-	-	14.939.226	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma

Consolidado	Nota	Vencimento					Total 30/06/2021			Total 31/12/2020			
		Sem Vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I – Títulos disponíveis para venda		69.155	27.385	357.948	412.721	427.538	12.005.639	13.402.049	13.300.386	(101.663)	14.923.769	14.839.988	(83.781)
Carteira Própria													
LFT		-	-	46.256	-	124.929	6.256.581	6.464.131	6.402.841	(61.290)	3.180.573	3.152.509	(28.064)
CDB		-	-	-	-	-	358	358	358	-	353	353	-
Fundos		69.155	-	-	-	-	-	69.155	69.155	-	80.318	80.318	-
LF		-	27.385	89.421	331.987	228.625	-	678.548	677.418	(1.130)	1.203.903	1.201.847	(2.056)
Total		69.155	27.385	135.677	331.987	353.554	6.256.939	7.237.117	7.174.697	(62.420)	4.465.147	4.435.027	(30.120)
Carteira vinculada à recompra													
LFT		-	-	37.377	80.734	-	1.306.828	1.438.350	1.424.939	(13.411)	4.790.462	4.756.130	(34.332)
Total		-	-	37.377	80.734	-	1.306.828	1.438.350	1.424.939	(13.411)	4.790.462	4.756.130	(34.332)
Carteira vinculada a garantias													
LFT		-	-	184.894	-	73.984	4.406.500	4.691.208	4.665.378	(25.830)	34.913	34.888	(25)
LF		-	-	-	-	-	35.372	35.374	35.372	(2)	5.633.247	5.613.943	(19.304)
Total		-	-	184.894	-	73.984	4.441.872	4.726.582	4.700.750	(25.832)	5.668.160	5.648.831	(19.329)
II – Títulos para negociação		16	-	-	-	-	-	16	16	-	656	654	(2)
Carteira própria													
CPR		-	-	-	-	-	-	-	-	-	603	601	(2)
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-	603	601	(2)
Instrumentos Financeiros Derivativos													
Futuro – Câmbio		16	-	-	-	-	-	16	16	-	53	53	-
Total		16	-	-	-	-	-	16	16	-	53	53	-
III – Títulos mantidos até o vencimento		-	7.950	3.230	9.248	8.418	6.226.289	6.261.438	6.255.135	(6.303)	2.658.635	2.649.887	(8.748)
Carteira própria													
LFT		-	-	-	-	-	1.693.938	1.693.938	1.693.938	-	407.280	407.280	-
CPRF – PÓS		-	2.634	3.230	1.009	-	99.061	105.934	105.934	-	126.033	126.033	-
CPRF - PRÉ		-	5.316	-	8.239	8.418	34.474	62.750	56.447	(6.303)	68.796	60.048	(8.748)
Total		-	7.950	3.230	9.248	8.418	1.827.473	1.862.622	1.856.319	(6.303)	602.109	593.361	(8.748)
Carteira vinculada à recompra													
LFT		-	-	-	-	-	2.215.724	2.215.724	2.215.724	-	2.056.526	2.056.526	-
Total		-	-	-	-	-	2.215.724	2.215.724	2.215.724	-	2.056.526	2.056.526	-
Carteira vinculada à garantia													
LFT		-	-	-	-	-	2.183.092	2.183.092	2.183.092	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	2.183.092	2.183.092	2.183.092	-	-	-	-
Total - TVM		69.171	35.335	361.178	421.969	435.956	18.231.928	19.663.503	19.555.537	(107.966)	17.583.060	17.490.529	(92.531)
Circulante									1.323.609			2.527.016	
Não Circulante									18.231.928			14.963.513	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Composição de Títulos e Valores Mobiliários

Nota	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	13.257.057	14.785.971	13.257.057	14.785.971
Valor de mercado dos títulos disponíveis para negociação	-	601	-	601
Valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento	6.255.134	2.649.887	6.255.134	2.649.887
Total	19.512.191	17.436.459	19.512.191	17.436.459

No semestre não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias.

Em 30 de junho de 2021, o Banco Sicoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 6.883.842 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 5.648.831), sendo principalmente:

(a) R\$ 4.096.766 (31/12/2020 - R\$ 1.891.950) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.

(b) R\$ 2.722.254 (31/12/2020 - R\$ 3.692.745) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

c. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos

Nota	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Rendas com Títulos de Renda Fixa	252.764	303.844	253.082	304.319
Rendas de Aplicações de Fundos de Investimentos	3.401	6.735	3.567	6.861
TVM - Ajuste Positivo ao Valor de Mercado	-	132	-	132
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6(b)	321.102	321.102	292.772
Resultado de Operações com Derivativos	371	(6.609)	371	(6.609)
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	(3.058)	(6.135)	(3.058)	(6.169)
Total	574.580	590.739	575.064	591.306

Nota 9 - Repasses interfinanceiros e operações de crédito

a. Composição da carteira de repasses interfinanceiros, operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

Nota	Banco e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Repasses Interfinanceiros	14.453.750	11.883.497
Empréstimos e títulos descontados	2.788.904	2.683.726
Financiamentos	1.186.930	1.243.993
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.796.063	2.853.657
Financiamentos Imobiliários	332.507	209.255
Outros Créditos	22(a1)	6.418.483
Subtotal	27.976.637	24.610.714
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - repasses interfinanceiros	(4.061)	(1.747)
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - operações de crédito	(123.589)	(119.105)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – outros créditos	(83.333)	(71.442)
Total	27.765.654	24.418.420
Circulante	16.493.736	15.012.523
Não Circulante	11.271.918	9.405.897

b. Composição da carteira por modalidade e níveis de risco

Operações de Crédito	Banco e Consolidado									30/06/2021	31/12/2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
Repesses Interfinanceiros	13.673.918	756.630	20.904	2.298	-	-	-	-	-	14.453.750	11.883.497
Empréstimos e títulos descontados	805.097	1.395.557	305.190	192.833	61.492	12.989	2.653	2.785	10.308	2.788.904	2.683.725
Financiamentos	39.344	405.564	326.329	296.218	66.988	21.445	8.673	12.703	9.666	1.186.930	1.243.993
Financiamentos rurais e agroindustriais	14.988	2.259.647	331.296	130.406	39.770	10.434	3.262	5.805	455	2.796.063	2.853.658
Financiamentos Imobiliários	20.684	234.234	57.081	15.810	3.145	991	406	156	-	332.507	209.255
Total	14.554.031	5.051.632	1.040.800	637.565	171.395	45.859	14.994	21.449	20.429	21.558.154	18.874.128
Outros créditos	14.132	4.267.478	1.359.590	556.362	187.074	26.751	3.218	1.703	2.175	6.418.483	5.736.586
Total Geral	14.568.163	9.319.110	2.400.390	1.193.927	358.469	72.610	18.212	23.152	22.604	27.976.637	24.610.714
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	46.484	23.850	35.476	35.648	21.767	9.080	16.167	22.511	210.983	192.294
Total líquido de provisões em 30/06/2021	14.568.163	9.272.626	2.376.540	1.158.451	322.821	50.843	9.132	6.985	93	27.765.654	-
Total líquido de provisões em 31/12/2020	12.874.122	7.992.832	2.116.156	1.056.106	302.579	67.993	5.700	2.932	-	-	24.418.420

c. Composição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por modalidade

Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2021	31/12/2020
Repesses Interfinanceiros	3.783	209	69	-	-	-	-	-	4.061	1.748
Empréstimos e títulos descontados	6.978	3.052	5.785	6.149	3.897	1.327	1.950	10.308	39.446	36.029
Financiamentos	1.917	3.110	8.545	6.500	6.417	4.311	8.852	9.573	49.225	49.585
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.298	3.313	3.912	3.977	3.130	1.631	4.063	455	31.779	31.314
Financiamentos Imobiliários	1.171	571	474	314	297	203	109	-	3.139	2.176
Total	25.147	10.255	18.785	16.940	13.741	7.472	14.974	20.336	127.650	120.852
Outros créditos	21.338	13.596	16.691	18.707	8.025	1.609	1.192	2.175	83.333	71.442
Total Geral	46.485	23.851	35.476	35.647	21.766	9.081	16.166	22.511	210.983	192.294

d. Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

d1. repasses interfinanceiros, operações de crédito, e outros créditos com características de concessão de crédito em curso normal

	Banco e Consolidado									30/06/2021	31/12/2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
01 a 30 dias	469.850	341.916	121.749	70.659	27.962	4.766	647	661	511	1.038.721	655.699
31 a 60 dias	715.661	269.092	81.526	38.374	12.367	2.245	347	334	265	1.120.211	709.478
61 a 90 dias	930.560	419.862	112.872	52.464	16.558	2.879	422	390	284	1.536.291	899.739
91 a 180 dias	1.840.084	1.336.168	381.239	172.597	54.704	9.032	1.607	1.224	1.523	3.798.178	4.312.368
181 a 360 dias	4.121.821	3.291.117	982.206	446.634	144.258	22.841	3.284	3.605	2.628	9.018.394	8.466.632
Acima de 360	6.490.058	3.639.975	674.656	366.330	77.602	23.270	6.777	13.274	9.207	11.301.149	9.442.924
Total	14.568.034	9.298.130	2.354.248	1.147.058	333.451	65.033	13.084	19.488	14.418	27.812.944	24.486.840

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d2. repasses interfinanceiros, operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em curso anormal

Banco e Consolidado											
Parcelas vencidas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2021	31/12/2020
01 a 30 dias	2	10.929	32.976	14.863	6.657	1.450	269	214	299	67.659	50.795
31 a 60 dias	-	-	92	14.012	2.588	658	167	109	238	17.864	8.651
61 a 90 dias	-	-	-	120	5.076	329	137	86	250	5.998	3.720
91 a 180 dias	-	-	-	50	181	170	289	287	597	1.574	1.528
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	42	71	98	934	1.145	1.751
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	179	179	277
Total	2	10.929	33.068	29.045	14.502	2.649	933	794	2.497	94.419	66.722
Parcelas vincendas											
01 a 30 dias	2	213	338	470	261	141	129	86	193	1.833	1.613
31 a 60 dias	1	152	242	373	232	129	112	79	178	1.498	1.565
61 a 90 dias	1	153	248	409	243	136	126	92	185	1.593	1.490
91 a 180 dias	4	470	735	1.172	687	389	343	242	537	4.579	4.248
181 a 360 dias	8	933	1.400	2.211	1.328	728	672	470	994	8.744	8.102
Acima de 360	111	8.130	10.111	13.189	7.765	3.405	2.813	1.901	3.602	51.027	40.134
Total	127	10.051	13.074	17.824	10.516	4.928	4.195	2.870	5.689	69.274	57.152
Total	129	20.980	46.142	46.869	25.018	7.577	5.128	3.664	8.186	163.693	123.874

e. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento

Banco e Consolidado									
	Vencidas		A vencer				Total		Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	30/06/2021	31/12/2020	
Rural	-	119.076	387.755	826.344	701.243	761.645	-	2.796.063	2.853.657
Intermediários financeiros	-	2.163.293	5.974.364	4.237.232	1.143.282	935.582	-	14.453.753	11.883.497
Pessoas físicas	45.648	960.671	4.360.122	770.848	434.503	311.320	139.048	7.022.160	6.341.636
Outros serviços	20.738	485.140	2.107.654	761.772	282.296	45.498	1.563	3.704.661	3.531.924
Habituação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	66.386	3.728.180	12.829.895	6.596.196	2.561.324	2.054.045	140.611	27.976.637	24.610.714

f. Concentração dos repasses interfinanceiros, operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

f1. Concentração dos repasses interfinanceiros

	Banco e Consolidado			
	30/06/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	5.179.029	35,83	4.118.766	34,66
50 maiores seguintes	5.751.239	39,78	4.641.710	39,05
100 devedores seguinte	3.045.435	21,07	2.668.875	22,46
Demais	478.047	3,32	454.146	3,83
Total	14.453.750	100	11.883.497	100,00

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f2. Concentração das operações de crédito

	Banco e Consolidado			
	30/06/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	504.743	7,10	531.504	7,60
50 maiores seguintes	522.027	7,35	572.516	8,19
100 devedores seguinte	315.977	4,45	335.274	4,80
Demais	5.761.657	81,10	5.551.337	79,41
Total	7.104.404	100,00	6.990.631	100,00

f3. Concentração das operações – outros créditos com característica de concessão de crédito

	Banco e Consolidado			
	30/06/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	9.973	0,16	6.129	0,11
50 maiores seguintes	18.546	0,29	15.128	0,26
100 devedores seguinte	21.658	0,34	18.462	0,32
Demais	6.368.306	99,22	5.696.867	99,31
Total	6.418.483	100,00	5.736.586	100,00

g. Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

g1. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - repasses interfinanceiros e operações de crédito

	Banco e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	120.852	96.109
Constituição/(reversão) perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Repasses Interfinanceiros	2.314	(6.830)
Constituição/(reversão) perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito	12.004	45.835
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(7.520)	(14.262)
Saldo no final do semestre	127.650	120.852

Os créditos renegociados totalizam R\$ 204,34 no primeiro semestre (31/12/2020 - R\$ 231,66) e decorrem de operações de Crédito Consignado, Crédito Rural e Empréstimos, que correspondem à contratos renegociados por força normativa e por inadimplência.

Destacamos que o valor R\$ 99,7 refere-se às renegociações de Crédito Consignado, R\$ 22,43 corresponde às operações de Crédito Rural que foram renegociadas pelas Resoluções nº 4.782/2020 e 4.801/2020 devido pandemia provocada pela Covid-19 e o valor de R\$ 82,2 decorre das operações de Crédito Rural que foram renegociadas por força de normas emitidas pelo CNM.

A recuperação de créditos baixados como prejuízo primeiro semestre de 2020 totalizou R\$ 2.849 (30/06/2020 - R\$ 974).

g2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – outros créditos com característica de concessão de crédito

	Banco e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	71.442	51.967
Constituição/(reversão) de perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11.891	19.475
Saldo no final do semestre	83.333	71.442

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

h. Receitas de repasses interfinanceiros e operações de crédito

	Banco e Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de repasses interfinanceiros	347.329	294.296
Empréstimos e títulos descontados	136.949	131.065
Financiamentos	49.598	30.367
Financiamentos rurais e agroindustriais	84.196	74.342
Rendas de financiamentos habitacionais	8.966	3.693
Subtotal	627.038	533.763
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.849	974
Saldo no final do semestre	629.887	534.737

Nota 10 – Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

a. Composição dos créditos tributários

Composição	30/06/2021				31/12/2020			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	217.203	217.203	217.203	217.203	198.301	198.301	198.301	198.301
Passivos Contingentes	14.564	14.564	14.868	14.868	14.670	14.670	14.670	14.670
Ajuste a valor de mercado (IVM)	101.708	101.708	101.708	101.708	83.782	83.782	83.782	83.782
Participação nos resultados	5.429	5.429	5.672	5.672	13.106	13.106	13.301	13.301
Comissão programa de aceleração SIPAG	3.790	3.790	3.790	3.790	4.009	4.009	4.009	4.009
FGTS 50% - diretoria	1.784	1.784	2.499	2.499	1.608	1.608	2.096	2.096
Provisões campanha nacional de vendas	24.960	24.960	25.686	25.686	29.582	29.582	29.582	29.582
Programa de Incentivo - Crédito	168.594	168.594	168.594	168.594	102.702	102.702	102.702	102.702
Bonificação cartão	-	-	-	-	5.345	5.345	5.345	5.345
Honorários advocatícios	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518
Outras provisões	89.477	89.477	96.395	96.395	73.063	73.063	73.086	73.086
Montante	629.027	629.027	637.933	637.933	527.686	527.686	528.392	528.392
Alíquotas	25%	20%	25%	20%/15%/9%	25%	20%	25%	20%/15%
Créditos tributários constituídos	157.257	136.406	159.483	137.247	131.922	105.537	132.098	105.644

* Em 30 de junho de 2021, o Banco Sicoob realizou constituição de crédito tributário de CSLL no montante de R\$ 10.600 mil referente à alteração da alíquota do tributo de 20% para 25% a partir de 1º de julho de 2021, de acordo com a previsão legal nº 14.183/21 e com base no estudo de expectativa de realização do crédito tributário das provisões com vencimento em 2021.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Movimentação

Composição	30/06/2021				31/12/2020			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro								
Crédito tributário (ativo)	131.922	105.537	132.098	105.644	100.736	60.441	100.921	60.552
Imposto diferido (passivo)	(40)	(32)	(40)	(32)	(284)	(170)	(284)	(170)
Subtotal	131.882	105.505	132.058	105.612	100.452	60.271	100.637	60.382
Ajuste em resultado	20.904	27.276	22.955	28.010	10.201	28.307	10.192	28.303
Créditos tributários constituídos	119.470	106.129	122.373	107.181	214.807	183.994	214.904	184.053
Créditos tributários baixados	(98.606)	(78.885)	(99.458)	(79.203)	(204.567)	(155.655)	(204.673)	(155.718)
Movimentação Imposto Diferido	40	32	40	32	(39)	(32)	(39)	(32)
Ajuste em patrimônio líquido (TVM)	4.471	3.625	4.470	3.625	21.229	16.927	21.229	16.927
Créditos tributários constituídos	146.935	117.596	146.934	117.596	118.262	94.288	118.262	94.289
Créditos tributários baixados	(142.464)	(113.971)	(142.464)	(113.971)	(97.316)	(77.531)	(97.316)	(77.532)
Movimentação do imposto diferido	-	-	-	-	283	170	283	170
Movimentação	25.375	30.901	27.425	31.635	31.430	45.234	31.421	45.230
Saldo em 31 de dezembro								
Crédito tributário (ativo)	157.257	136.406	159.483	137.247	131.922	105.537	132.098	105.644
Imposto diferido (passivo)	-	-	-	-	(40)	(32)	(40)	(32)
	157.257	136.406	159.483	137.247	131.882	105.505	132.058	105.612

c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 10 anos, assim distribuídos:

Anos	30/06/2021			
	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
2021	106.004	100.743	106.957	101.648
2022	40.869	36.425	41.924	37.366
2023	23.887	19.991	24.735	20.701
2024	20.415	16.042	20.626	16.208
2025	38.598	28.480	38.598	28.480
2026 a 2030	63.890	44.263	63.890	44.263
Total de créditos tributários	293.663	245.944	296.730	248.666

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

Composição	Banco					Consolidado			
	30/06/2021		30/06/2020			30/06/2021		30/06/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social até fevereiro	Contribuição social a partir de março*	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	184.193	184.193	101.905	40.325	61.580	203.838	203.838	109.536	109.536
Resultado de participações em controladas	(43.380)	(43.380)	(33.885)	(6.165)	(27.720)	(10.739)	(10.739)	(24.161)	(24.161)
Participação de empregados nos lucros	(5.057)	(5.057)	(4.941)	(1.481)	(3.460)	(5.885)	(5.885)	(6.470)	(6.470)
Base de cálculo	135.755	135.755	63.079	32.679	30.400	187.215	187.215	80.164	80.164
Alíquota de tributação	25%	20%	25%	15%	20%	25%	20%/15%/9%	25%	20%/15%/9%
	33.939	27.151	15.770	4.902	60.080	46.804	34.441	20.042	13.219
Efeito tributário sobre diferenças temporárias									
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.725	3.780	5.826	958	3.384	4.725	3.780	5.826	4.342
Provisões Passivos Contingentes	(26)	(21)	172	28	100	(20)	(21)	199	138
Demais provisões	16.166	12.933	21.244	2.716	13.372	17.183	13.254	21.095	16.107
	20.865	16.692	27.242	3.702	16.856	21.888	17.013	27.120	20.587
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes									
	7.008	5.587	587	79	351	7.141	5.653	677	484
Prejuízo fiscal/base negativa a compensar	-	-	-	-	-	(3)	(1)	-	-
Patrocínios incentivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PAT	(1.484)	-	(1.047)	-	-	(1.818)	-	(1.149)	-
Prorrogação Licença	(144)	-	(105)	-	-	(159)	-	(105)	-
Maternidade/Paternidade	(144)	-	(105)	-	-	(159)	-	(105)	-
	(1.628)	-	(1.152)	-	-	(1.980)	(1)	(1.254)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	60.184	49.430	42.447	8.683	23.287	73.853	57.106	46.585	34.290
Imposto de renda e contribuição social – exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	2	1
Total	60.184	49.430	-	-	-	73.853	57.106	46.587	34.291

* A alíquota da CSLL passou a ser de 20% a partir de março de 2020, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Investimentos em participações em coligadas e controladas

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no “Investimentos em participações em coligadas e controladas”. Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo “Resultado de participações em coligadas e controladas”. Para as demonstrações contábeis consolidadas, os investimentos em empresas controladas são eliminados no processo de consolidação.

Descrição	Data-Base	Capital social realizado	Patrimônio líquido ajustado	Resultado no exercício	Partic. %	Quantidade de quotas	Resultado de equivalência		Ágio em investimentos		Banco		Consolidado	
							Semestre							
							30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a)	30/06/2021	2.170	6.439	1.283	99,9994	2.000.000	1.283	2.032	-	-	6.439	6.249	-	-
Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. (b)	30/06/2021	61.922	87.732	25.740	99	61.922.499	25.482	3.557	14.317	39.799	101.172	101.172	14.317	39.799
Ponta Administradora de Consórcios Ltda.(c)	30/06/2021	6.191	90.394	5.840	99,99	6.191.000	5.839	4.138	-	-	90.385	84.546	-	-
Sicoob Participações em Seguridade S.A. (d)	30/06/2021	20.000	77.724	10.776	100	20.000.000	10.776	24.158	-	-	77.724	66.949	77.031	66.291
Total							43.380	33.885	14.317	39.799	275.720	258.916	91.348	106.090

(a) Administradora e gestora de fundos de investimento, cujo patrimônio administrado em 30 junho de 2021 é de R\$ 47.887.521 (31 dezembro de 2020 é de R\$ 36.950.710).

(b) Operadora de cartões de crédito Mastercard, Visa e Cabal dentro do sistema Sicoob.

(c) Administradora de Consórcios, opera com consórcios no ramo de veículos leves, pesados, imóveis e serviços, atualmente possui mais 248.310 mil cotas ativas e administra uma carteira de R\$ 19,97 bilhões.

(d) Sicoob Participações em Seguridade S.A – Sicoob PAR, a qual detém participação societária na Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado

	Banco					Total	Consolidado total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.010	51.817	5.229	10.342	543	70.941	82.961
Aquisição	-	-	767	708	35	1.510	1.642
Alienação	-	-	(7)	(2)	(8)	(17)	(17)
Depreciação	-	(1.637)	(393)	(1.816)	(71)	(3.917)	(5.841)
Saldos em 30 de junho de 2020	3.010	50.180	5.596	9.233	499	68.517	78.745
Custo total	3.010	72.582	11.198	22.711	1.037	110.538	135.593
Depreciação acumulada	-	(22.402)	(5.603)	(13.478)	(539)	(42.021)	(56.848)
Valor residual	3.010	50.180	5.596	9.233	499	68.517	78.745
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.010	48.544	5.183	7.473	451	64.661	73.849
Aquisição	-	-	4	3.439	28	3.471	5.469
Alienação	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.637)	(401)	(1.889)	(60)	(3.987)	(5.746)
Saldos em 30 de junho de 2021	3.010	46.907	4.786	9.023	419	64.145	73.572
Custo total	3.010	72.582	11.205	26.229	1.088	114.114	141.797
Depreciação acumulada	-	(25.675)	(6.419)	(17.206)	(669)	(49.969)	(68.225)
Valor residual	3.010	46.907	4.786	9.023	419	64.145	73.572
Taxas anuais de depreciação - %	-	4,70%	10%	20%	10%		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

	Banco	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.700	8.643
Aquisição	470	1.818
Depreciação	(346)	(1.742)
Saldos em 30 de junho de 2020	1.824	8.718
Custo total	10.014	28.732
Depreciação acumulada	(8.190)	(20.034)
Valor residual	1.824	8.718
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.477	8.315
Aquisição	234	4.211
Depreciação	(328)	(2.142)
Saldos em 30 de junho de 2021	1.383	10.384
Custo total	10.255	34.399
Depreciação acumulada	(8.872)	(24.015)
Valor residual	1.383	10.384
Taxas anuais de depreciação - %	20%	20%

Nota 14 – Depósitos

a. Composição de depósitos

Depósitos	Banco							Consolidado			
	Sem vencimento	Até 1 mês	30/06/2021				Total	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	
			De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano					
Depósitos à vista	156.381	-	-	-	-	-	156.381	83.247	156.037	82.838	
Depósitos de poupança	10.697.021	-	-	-	-	-	10.697.021	9.902.359	10.697.021	9.902.359	
Depósitos interfinanceiros	-	5.751.413	4.670.355	4.770.112	10.830.642	6.357.952	32.380.474	41.103.171	32.380.474	41.103.171	
Depósitos interfinanceiros rurais	-	2.263.157	717.181	137.757	370.756	2.163.928	5.652.779	3.530.653	5.652.779	3.530.653	
Depósitos a prazo	-	770.791	23.546	29.623	166.561	758.652	1.749.173	920.547	1.364.960	589.677	
Total	10.853.402	8.785.361	5.411.082	4.937.492	11.367.959	9.280.532	50.635.828	55.539.977	50.251.271	55.208.698	
Circulante							41.355.296	48.852.534	40.994.917	48.839.376	
Não Circulante							9.280.532	6.687.443	9.256.354	6.369.322	

b. Despesas com operações de captações no mercado

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Depósitos de poupança	90.577	90.786	90.577	90.786
Depósitos interfinanceiros	542.255	595.782	542.255	595.782
Depósitos a prazo	12.099	11.556	7.582	8.897
Captação no mercado aberto	56.425	57.584	56.425	57.584
Outras despesas de captação	8.990	6.862	8.990	6.862
Total	710.346	762.570	705.829	759.911

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Obrigações por operações compromissadas

Maturidade

	Banco e Consolidado						31/12/2020
	30/06/2021						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	
Própria	2.620.540	1.001.873	7.024	-	-	3.629.437	6.779.022
Total	2.620.540	1.001.873	7.024	-	-	3.629.437	6.779.022
Circulante						3.629.437	6.779.022
Não Circulante						-	-

Nota 16 – Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debêntures e similares

	Banco e Consolidado						31/12/2020
	30/06/2021						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	
LCA-Pós	2.963	2.719	5.311	9.035	16.512	36.540	42.227
LFG-LTEL	-	-	-	-	-	-	10.149
Total	2.963	2.719	5.311	9.035	16.512	36.540	52.376
Circulante						20.028	33.162
Não Circulante						16.512	19.214

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

a. Composição das obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2038 e com encargos financeiros de até 11,18 % a.a.

	Banco e Consolidado								31/12/2020
	30/06/2021								
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	
BNDES	-	90.069	314.175	687.256	553.221	674.626	59	2.319.406	2.477.046
Banco do Brasil / FCO	-	2.359	9.344	28.148	31.584	35.420	-	106.855	52.502
Banco da Amazônia/FNO	-	53	159	35	-	-	-	247	354
FINAME	-	59.410	155.654	312.967	197.783	102.663	-	828.477	891.280
Funcafé	-	149.792	107.108	16.245	-	-	-	273.145	345.948
Total	-	301.683	586.440	1.044.651	782.588	812.709	59	3.528.130	3.767.130
Circulante								888.123	955.742
Não Circulante								2.640.007	2.811.388

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Despesas das obrigações por empréstimos e repasses

	Banco e Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
BNDES	50.175	33.680
FINAME	23.974	19.187
Banco do Brasil / FCO	988	536
Outras instituições - Funcafé	3.605	4.742
Total	78.742	58.145

Nota 18 – Instrumentos financeiros derivativos

	Banco e Consolidado		
	30/06/2021		31/12/2020
	Sem vencimento	Total	Total
Futuro – Câmbio	89	89	1
Total	89	89	1
Circulante		89	1
Não Circulante		-	-

Nota 19 – Provisões

a. Provisões para contingências

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Banco Sicoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Banco Sicoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Banco Sicoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração do Banco Sicoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no período. Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros ativos – Outros”.

Provisões constituídas

Composição dos saldos patrimoniais

	Banco				Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020		30/06/2021		31/12/2020	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais	5.766	-	5.059	-	5.848	2	5.141	2
Trabalhistas	1.251	1.696	800	2.536	1.251	1.998	800	2.536
Cíveis	8.834	12.868	8.841	12.134	8.994	12.894	8.907	12.441
Total	15.851	14.564	14.700	14.670	16.093	14.894	14.848	14.979

Movimentação das provisões para causas judiciais

	Banco			Consolidado		
	30/06/2021			31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro 2020	2.536	12.134	14.670	14.503	14.979	14.892
Constituição no semestre	906	1.254	2.160	2.800	2.255	3.458
Utilização no semestre	(929)	(262)	(1.191)	(615)	(1.211)	(1.163)
Reversões no semestre	(817)	(258)	(1.075)	(2.018)	(1.129)	(2.208)
Saldo em 30 de junho 2021	1.696	12.868	14.564	14.670	14.894	14.979

A provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias (Nota 22b) e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em Outras Obrigações – diversas (Nota 19).

Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

- i. **Trabalhistas** – Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
- ii. **Cíveis** – Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

Cronograma esperado de saídas de benefícios econômicos

Em virtude da natureza das contingências existentes e a complexidade do ambiente jurídico do Brasil, há incertezas que não permitem uma definição razoável do cronograma de liquidação futura das ações.

Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Banco Sicoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Banco Sicoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações cíveis que discutem danos materiais e morais referentes aos produtos do Banco Sicoob; (iv) ações de natureza trabalhista; (v) ações administrativas fiscais

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); (vi) ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo Banco Sicoob em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo Banco Sicoob, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco.

Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Trabalhistas	19.051	21.423	19.423	22.026
Fiscais/Previdenciárias	160.515	164.195	160.516	164.195
Cíveis	222.502	202.647	230.767	212.232
Total	402.068	388.265	410.706	398.453

b. Provisões para garantias prestadas

	Banco e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	195	250
Constituição (reversão)	39	(55)
Saldo no final do semestre	234	195

Provisão para garantias prestadas, sujeita aos mesmos critérios mínimos estabelecidos pela Resolução 2.682/99. No primeiro semestre de 2021, houve constituição de R\$ 39 (reversão R\$ 55 em 31/12/2020).

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 1.016.460.452 (31/12/2020 – 1.003.744.529) ações, sendo 515.997.658 ações ordinárias (31/12/2020 – 504.626.590) e 510.364.878 ações preferenciais (31/12/2020 – 499.117.939), todas sem valor nominal. Em março de 2021 foi adquirido ações em tesouraria composta por 9.902.084 ações.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 51 (2020 - R\$ 51) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Banco Sicoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 5.885 (R\$ 8.052 em 31/12/2020).

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 106.226 (R\$ 145.331 em 31/12/2020), a ser destinada na próxima assembleia. Também foi constituído dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 5.591, os quais serão destinados quando autorizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d. Dividendos

O estatuto do Banco Sicoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram deliberados dividendos no montante de R\$ 5.591, equivalentes a R\$ 5,50 por lote de mil ações (31/12/2020 - R\$ 7.649, equivalentes a R\$ 7,62 por lote de mil ações).

e. Ajuste a valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social. (Nota 8).

Nota 21 – Limites operacionais - acordo de Basileia

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Banco Sicoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos. O índice de Basileia em junho de 2021 é de 13,14% (31/12/2020 – 13,47%).

Nota 22 – Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

a. Outros ativos

a1. Transações de pagamento

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Transações de pagamento – Adquirência	4.255.623	3.739.775	4.285.822	3.779.596
Valores a receber relativos a transações de pagamento - Cartão	6.418.483	5.736.586	6.418.483	5.736.586
Total	10.674.106	9.476.361	10.704.305	9.516.182
Circulante	10.591.212	9.461.749	10.621.411	9.501.570
Não Circulante	82.894	14.612	82.894	14.612

a2. Carteira de câmbio

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Câmbio comprado	7.085	187	7.085	187
Total	7.085	187	7.085	187
Circulante	7.085	187	7.085	187
Não Circulante	-	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a3. Outros

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	31/06/2021	31/12/2020
Cheques e outros papéis remetidos	685.617	8	685.617	8
Recebimento doc. enviados p/ outros participantes sistemas	723.537	-	723.537	-
Impostos e contribuições a compensar	113.431	121.133	135.022	143.959
Pagamentos a ressarcir	73.322	148.484	73.879	149.102
Títulos e créditos a receber	28.423	21.618	28.265	21.435
Devedores diversos – País	60.741	62.484	62.490	63.004
Despesas antecipadas	64.351	64.660	68.257	66.286
Outros	24.314	26.388	31.743	31.773
Total	1.773.736	444.775	1.808.810	475.567
Circulante	1.674.360	390.373	1.707.662	420.415
Não Circulante	99.376	54.402	101.148	55.152

a4. Provisão para outros ativos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para valores a receber relativo à transações de pagamento	83.333	71.442	83.333	71.442
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	657	663	657	663
Total	83.990	72.105	83.990	72.105
Circulante	83.551	71.249	83.551	71.249
Não Circulante	439	856	439	856

b. Outros passivos

b1. Transações de Pagamentos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Conta de pagamento pré-paga	-	-	32.701	41.040
Cheque e outros papeis recebidos	496.947	-	496.947	-
Recebimentos remetidos	1.218.078	-	1.218.078	-
Transações de pagamento	5.489.559	4.804.890	5.489.570	4.804.903
Obrigações por transações de pagamentos	2.434.987	2.535.306	2.484.848	2.589.779
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	1.688	1.675	1.688	1.675
Total	9.641.259	7.341.871	9.723.832	7.437.397
Circulante	9.641.259	7.341.871	9.723.832	7.437.397
Não Circulante	-	-	-	-

b2. Fiscais e previdenciárias

	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para imposto de renda		60.184	40.960	73.850	55.064
Provisão para contribuição social		49.430	32.342	57.105	39.620
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros		3.224	5.432	3.731	5.996
Impostos e contribuições sobre salários		4.637	4.655	6.288	6.650
Outros impostos		18.450	16.778	23.434	21.485
Total		135.925	100.167	164.408	128.815
Circulante		130.647	99.638	159.130	128.286

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não Circulante	5.278	529	5.278	529
----------------	-------	-----	-------	-----

b3. Carteira de câmbio

	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Obrigações por compra de câmbio		9.514	187	9.514	187
Total		9.514	187	9.514	187
Circulante		9.514	187	9.514	187
Não Circulante		-	-	-	-

b4. Outros

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Relações interdependências	78.082	16.331	78.082	16.331
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	503.179	11.495	503.179	11.495
Obrigações por recursos de concorciados grupos encerrados	-	-	21.250	18.787
Obrigações por convênios oficiais	52.216	30.422	52.216	30.422
Despesas de pessoal	17.554	12.944	26.418	20.561
Despesas administrativas	126.149	117.702	109.608	105.953
Cartão de Crédito	214.627	167.990	214.627	167.991
Despesas Sobre operações de crédito	216.582	152.214	216.582	152.214
Adquirência	77.525	75.562	77.525	75.562
Outros	62.726	38.222	270.783	223.019
Total	1.348.640	622.882	1.570.270	822.335
Circulante	1.346.830	621.249	1.567.536	819.854
Não Circulante	1.810	1.633	2.735	2.481

c. Resultado de câmbio

	Banco e Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de câmbio	2.781	7.649
Despesas de câmbio	986	29
Total	1.795	7.620

d. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Convênio Sicoob	4.807	4.129	4.807	4.129
Rendas de serviços bancários (a)	10.044	10.695	10.044	10.695
Rendas de serviços prestados de fundos	1.254	1.488	1.254	1.488
Rendas de administração de fundos	-	-	5.547	6.749
Rendas de administração de Consórcio	-	-	153.170	96.203
Rendas de serviços com cartão de crédito (b)	354.796	260.133	359.373	265.281
Rendas por Antecipações de Obrigações de transações de Pagamento	140.908	126.443	140.945	126.491
Rendas de recebimento de concessionárias (c)	52.008	42.746	52.008	42.746
Rendas de tarifas bancárias	59	30	59	30
Rendas com Serviços de Adquirência	3.882	1.953	3.882	1.953
Outras receitas diversas	32.205	25.050	52.769	37.924

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total	599.963	472.667	783.858	593.689
--------------	----------------	----------------	----------------	----------------

- (a) Refere-se à prestação de serviços ao Sicoob não relacionados a tarifas bancárias.
 (b) Refere-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.
 (c) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

e. Composição de outras receitas operacionais

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de encargos e despesas	3.999	3.217	3.999	3.217
Receitas de cartões de crédito (a)	30.892	47.391	58.781	48.148
Adquirência	118.850	111.737	118.850	111.737
Outras	1.668	751	5.290	3.316
Total	155.409	163.096	186.920	166.418

- (a) A fim de compor o total de receita com cartão de crédito, considerar também, a nota 22d.

f. Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Honorários pagos a diretores e conselheiros	6.964	5.144	8.896	7.551
Proventos (a)	34.908	35.756	51.355	53.910
Encargos sociais (b)	15.901	16.209	22.841	23.742
Benefícios (c)	11.254	11.083	21.711	21.109
Treinamentos	389	1.035	512	1.323
Remuneração a estagiários	256	379	620	825
Total	69.672	69.606	105.935	108.460

- (a) Refere-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.
 (b) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.
 (c) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a funcionários.

g. Despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação	65	187	560	792
Despesas de comunicação	10.985	15.662	19.223	22.238
Despesas de material	133	274	402	736
Despesas de processamento de dados	15.099	22.461	15.262	17.493
Despesas com propaganda e publicidade	89.259	31.309	90.304	33.940
Despesas com serviços do sistema financeiro	18.333	16.631	18.751	17.148
Despesas de serviços de terceiros	15.270	14.714	145.201	90.776
Despesas de serviços técnicos especializados	12.014	10.279	8.810	8.621
Despesas e depreciação e amortização	4.315	4.263	7.888	7.583
Despesas com viagens	14	1.148	14	1.219
Outras despesas administrativas	4.950	4.871	7.452	7.018
Total	170.437	121.799	313.867	207.564

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

h. Composição de outras despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Contingências	1.296	868	1.423	1.107
Despesas serviços associados à transações de pagamento	199.403	214.891	159.777	184.371
Comissão sobre operações de crédito	243.508	180.663	243.508	180.663
Adquirência	177.780	186.008	177.780	186.008
Outras despesas operacionais	55.401	36.750	63.561	36.659
Total	677.388	619.180	646.049	588.808

i. Resultado não operacional

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receita não operacional	1.617	7.078	1.617	7.079
Despesa não operacional	-	18	-	18
Amortização ágio Cabal Brasil Ltda	25.482	1.289	25.482	1.289
Total	23.866	5.771	23.866	5.772

j. Resultados recorrentes e não recorrentes

Não houve qualquer resultado não recorrente no período.

Nota 23 – Transações com partes relacionadas

a. Sistema Sicoob

O Banco Sicoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88.

Demonstramos abaixo as operações do Banco com o sistema Sicoob:

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Ativo		15.358.631	12.908.840
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		15.307.344	12.856.702
Valores a receber		3.931	4.365
Despesas antecipadas – Comissão		47.356	47.773
Passivo		35.296.352	46.427.016
Depósitos		32.766.695	41.385.172
Operações compromissadas		1.445.156	4.090.337
Valores a pagar		1.084.503	951.507
		30/06/2021	30/06/2020
Receitas		574.877	487.637
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		371.022	319.467
Outras receitas		203.857	168.170
Despesas		998.253	921.469
Captação		551.078	564.209
Outras despesas		447.175	357.260

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Subsidiárias

	Sicoob DTVM		Sicoob PAR		Sicoob Soluções de Pagamento		Consórcio Ponta	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo	21	57	-	-	-	-	137	125
Valores a receber	21	57	-	-	-	-	137	125
Passivo	6.825	6.516	667	541	304.943	249.113	96.665	95.003
Depósitos à vista	2	2	31	30	307	373	5	5
Depósitos a prazo	6.823	6.514	636	511	280.094	228.847	96.660	94.998
Valores a pagar	-	-	-	-	24.542	19.893	-	-
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Despesas	-	121	7	9	58.433	49.471	1.272	1.341
Despesas de captação	-	121	7	9	3.148	1.189	1.272	1.341
Despesas administrativas	-	-	-	-	55.284	48.282	-	-
Receitas	-	-	-	-	7	7	862	853
Receitas diversas	-	-	-	-	7	7	862	853

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

A remuneração paga aos diretores e conselheiros está demonstrada a seguir:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Honorários	5.920	4.275	7.314	5.949
Benefícios	1.502	1.490	2.309	2.245
Encargos	1.466	1.112	1.832	1.529
Total	8.888	6.877	11.455	9.723

Nota 24 – Outras informações

a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Banco Sicoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo.

Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

Descrição	Banco					
	30/06/2021			31/12/2020		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido
CDI/LF	1.113.869	756.958	356.911	1.862.333	81.893	1.051.440
Total	1.113.869	756.958	356.911	1.862.333	81.893	1.051.440

b. Seguros

O Banco Sicoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Garantias prestadas

As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 30 de junho de 2021, R\$ 17.246 (31/12/2020 - R\$ 16.104). Em junho de 2021 houve uma provisão no valor de R\$ 39 (31/12/2020 - R\$ 55 de reversão).

d. Benefícios a empregados

Previdência complementar

O Banco Sicoob e as empresas do conglomerado são patrocinadoras da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência, complementares aos da previdência oficial básica, na modalidade de contribuição definida.

Em 30 de Junho de 2021, o Sicoob Previ contava com 946 participantes ativos (2020 – 1.116), cuja contribuição consolidada totalizou R\$ 2.520 (30/06/2020 - R\$ 2.668).

Participação nos lucros

O Banco Sicoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No 1º semestre de 2021, foram provisionados os valores de R\$ 5.429 (31/12/2020 – R\$ 13.106), consolidado – R\$ 6.292 (31/12/2020 – R\$ 14.940), registrado em Provisão para Participações nos Lucros.

g. Combate aos efeitos da Crise COVID-19

A economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Sicoob - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, suas cooperativas singulares, cooperativas centrais, instituições de terceiro nível: Sicoob Confederação, Banco Cooperativo Sicoob – Banco Sicoob, empresas ligadas e fundação patrocinada, tem implementado medidas para gestão das operações e apoio aos funcionários, cooperados e comunidades, diante da pandemia da Covid-19.

O Banco Sicoob exerce permanente monitoramento dos impactos que podem afetar as operações e os resultados. Desde 13 de março de 2020 foram acionados o Comitê de Crise do Sicoob e o Grupo de Crise para enfrentamento da pandemia Covid-19, que acompanham permanentemente os efeitos da crise e impactos nas operações, orientando a atuação das instituições do sistema quanto a aspectos estratégicos, operacionais, prudenciais e negociais, entre outros, além das ações de entidades reguladoras e governamentais, para promoção da segurança das pessoas e das organizações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

30 de junho 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Entre as ações adotadas destacam-se:

- Criação de Comitê de Crise do Sicoob e Grupo de Crise para tratar do assunto de forma efetiva, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para os públicos interno e externo.
- Priorização do trabalho remoto (home office).
- Constante orientação aos funcionários, específicas para o trabalho remoto, a condução das operações e o atendimento aos cooperados.
- Suspensão de todas as viagens.
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências.
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- Manutenção dos serviços bancários essenciais à população.
- Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet ou celular.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Banco Sicoob, vem acompanhando e atuando de maneira preventiva na avaliação da qualidade de toda a sua carteira de crédito e realizando, sempre que necessário, ações para reforço de suas provisões, principalmente para Associados de setores econômicos mais afetados pela crise econômica decorrente da pandemia provocada pelo COVID-19.

Durante o ano de 2020 foram realizados, seguindo as melhores práticas, uma série de estudos visando antecipar, orientar e minimizar os impactos econômicos nas diversas carteiras devido ao COVID-19.

Outros efeitos identificados/esperados

Foram adotadas medidas governamentais e regulatórias no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, que proporcionaram apoio aos negócios minimizando os impactos da pandemia:

- Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria nº 139/2020 do Ministério da Economia.
- Mudanças na taxa – IOF (Decreto n.º 10.414 - Zera a alíquota do IOF para as operações de crédito que especifica, quando contratadas entre 3/4/2020 e 2/10/2020).
- Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) oferece financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas - Resolução CMN nº 4.800/2020.
- Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito.

* * *

Composição dos órgãos da Administração do Banco Sicoob

Conselho de Administração

Miguel Ferreira de Oliveira – Presidente
Rui Schneider da Silva – Vice-Presidente
Aifa Naomi Uehara de Paula
Bento Venturim
Clidenor Gomes Filho
Felipe Magalhães Bastos
Geraldo Souza Ribeiro Filho
Hudson Tabajara Camilli
Ivan Capra
Ivo Azevedo de Brito
José Evaldo Campos
Luiz Antônio Ferreira de Araújo
Luiz Gonzaga Viana Lage
Marcelo Baiocchi Carneiro
Marcelo Martins
Wilson Geraldo Cavina

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Antônio Cândido Vilaça Junior - Diretor
Ênio Meinen – Diretor
Fernando Vicente Netto - Diretor
Francisco Silvio Reposse Junior - Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

1. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e externa.
2. Além do Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que integram o Conglomerado Banco Sicoob: Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. – Sicoob Consórcios e Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. – Sicoob Pagamentos.
3. A administração do Banco Sicoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos nas empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria externa contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Banco Sicoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Externa:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no 1º semestre de 2021, 3 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos e do Comitê de Riscos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis; avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas; examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
 - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Externa realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental, imagem, conformidade, cibernético e estratégia; continuidade de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e Programa de Testes de Estresse (PTE); e
 - f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
8. No 1º semestre de 2021 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários. Destaque, neste período, para o monitoramento das providências adotadas pela administração e verificação das simulações de impactos em cenário de estresse da crise da Covid-19 nos riscos de crédito, liquidez e capital das instituições do Sicoob.
9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Banco Sicoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Externa

10. Os auditores externos contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões bimestrais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Externa, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas de 30/6/2021.

Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Banco e das empresas integrantes do Conglomerado.
13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.
15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas de 30/6/2021 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares e de acordo com as práticas adotadas no País, refletindo, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Banco Sicoob naquela data.

Brasília, 5 de agosto de 2021.

Rubens Rodrigues Filho
Coordenador

Marcos Vinícius Viana Borges

Rafael Alves Horta

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

***Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
30 de junho de 2021
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo Sicoob S.A. ("Instituição" ou "Banco Sicoob"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo Sicoob S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

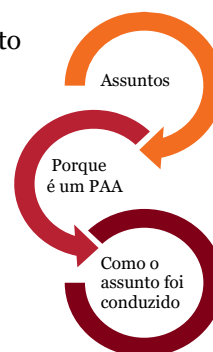
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo Sicoob S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 3(h), 9 e 24 (f))

A estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da Administração.

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são constituídas levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto.

Adicionalmente, a Administração efetuou o monitoramento dos impactos da COVID-19 que podem afetar as operações e os resultados.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos (i) aprovação da política de crédito (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessas provisões em relação aos ratings atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela administração para o monitoramento dos impactos da Covid-19 que podem afetar as operações e os resultados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(q) e 19)

O Banco Sicoob e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível, decorrente do curso normal de suas atividades.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento e testes relacionados a identificação e constituição de passivos contingentes e as divulgações em nota explicativas.

Porque é um PAA

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações contábeis, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Adicionalmente, efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Sicoob tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associado aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles internos relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles sobre processos-chaves relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Instituição.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.

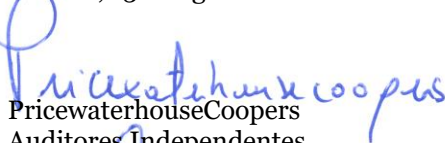
Banco Cooperativo Sicoob S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 13 de agosto de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2